Neusa Santos Souza (1948-2008), uma intelectual negra brasileira

Neusa Santos Souza (1948-2008), a Black Brazilian intellectual

Oriomar Skalinski Junior

Professor Associado do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Brasil
oskalinski@uepg.br
<https://orcid.org/0000-0003-2660-6839>
<https://lattes.cnpq.br/9877722344756463>

Ana Claudia Pereira Andruchiw

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
anandruchiw@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-1888-934X>
<https://lattes.cnpq.br/8732212194044946>

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as representações da intelectualidade negra brasileira a partir das contribuições de Neusa Santos Souza (1948-2008), médica psiquiatra e psicanalista negra. Na obra *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983) ela tematizou os efeitos psíquicos do racismo na identidade da pessoa negra, para tanto partiu de sua experiência pessoal a fim de teorizar conceitos emancipatórios a seus pares. Por meio da análise da obra, da interlocução conceitual com outros pensadores negros, e a epistemologia do pensamento decolonial, verificou-se que os moldes da ação intelectual negra brasileira dependem da autonomia do discurso sobre si, ou “tornar-se negro”, para então munir-se de conhecimentos de dentro da dinâmica colonial, transformando-os em estratégia de resistência e emancipação para os interesses dos seus.

Palavras-chave: Intelectualidade negra brasileira; Neusa Santos Souza; Pensamento decolonial

Abstract: The aim of this paper is to discuss the representations of Brazilian Black intellectuality through the contributions of Neusa Santos Souza (1948-2008), a Black psychiatrist and psychoanalyst. In her work *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983), she explored the psychic effects of racism on Black identity, drawing on her personal experience to theorize emancipatory concepts for her peers. Through the analysis of this work, its conceptual dialogue with other Black thinkers, and the epistemology of decolonial thought, it was found that the frameworks of Brazilian Black intellectuality rely on the autonomy of self-discourse, or “becoming Black,” to appropriate knowledge within the colonial dynamic and transform it into a strategy of resistance and emancipation for their interests.

Keywords: Black Brazilian intellect/tuality; Neusa Santos Souza; Decolonial thinking

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir as representações da intelectualidade negra brasileira a partir das contribuições de Neusa Santos Souza (1948-2008), amparando-se em interlocuções da perspectiva do pensamento decolonial e no diálogo com intelectuais negros brasileiros que se aproximem de uma lógica decolonizadora. Nesse sentido, busca-se refletir sobre a representação dessa mulher, negra, médica, psiquiatra e psicanalista lacaniana, enquanto intelectual negra brasileira, a qual articulou sua produção fundamentada na experiência racial, problematizando a questão da vida emocional do negro brasileiro – demanda negligenciada pela comunidade médica de seu período. Apesar de trabalhos já empreendidos por pesquisadores da área, entende-se que, ao se avaliar o campo acadêmico de modo amplo, perdura a desvalorização dessas questões, fato que contribui para que se demarque a relevância de novos estudos e atenção crítica em torno do tema.

Fruto de sua dissertação de mestrado, o primeiro livro de Neusa Santos Souza, intitulado *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, publicado em 1983, discutiu os impactos psíquicos do racismo na identidade da pessoa negra, com destaque para a internalização inconsciente de um "ideal de ego branco", que resultaria na negação da particularidade de sua própria subjetividade. Essa noção de subjetividade, que se opera atravessada por um modelo universal eurocêntrico, acarreta ao sujeito negro a destituição de sua identidade, na medida em que busca o branqueamento. Dessa forma, conforme discutido pela autora, o processo de anulamento existencial forja um lugar subjetivo patologizante, o que dificulta a emancipação do negro na sociedade, visto que que assume a identidade do dominador e a hegemonia branca, e como consequência disso, tal condição fortalece a perpetuação do racismo.

Neusa Santos Souza, ao estudar a ausência do discurso do negro sobre si, oferece subsídios para sua emancipação, o que se destaca ao afirmar que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (SOUZA, 1983: 17). Com isso, a preconização de “tornar-se negro” reafirma com positividade a negritude da identidade da pessoa, uma vez que seu referencial identitário é marginalizado e estigmatizado negativamente desde o nascimento. A obra *Tornar-se negro* para além de estimular que se reivindique um pensamento

sobre si, de autoamor, em detrimento ao auto-ódio em que essa identidade se cristalizou, recusa-se a assumir definições externas estigmatizantes, bem como se opõe a narrativas hegemônicas que impactam violentamente a subjetividade da pessoa negra.

Nessa direção, nos apoiaremos nos conceitos teorizados pela autora em torno das ideias de “autonomia do discurso do negro sobre si” e de “tornar-se negro”. Privilegiando, nesse sentido, o *lôcus* enunciativo que emana dessa intelectual enquanto sujeito negro, ressalta-se o seguinte trecho: “Este livro representa meu anseio e tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade” (SOUZA, 1893: 17). A construção do discurso do negro sobre si não alavanca discussões apenas por ser a reafirmação da autonomia da enunciação negra, porque só o negro reconheceria sua própria realidade, mais que isso, tal construção busca a legitimidade do discurso negro de modo independente da pretensa autoridade do saber branco.

A partir dessas premissas, busca-se no presente texto a compreensão das representações da intelectualidade negra brasileira, ao se adotar a inserção do discurso negro, elaborado e teorizado por sujeitos negros acerca de si, como uma desobediência epistêmica que tensiona o *lôcus* enunciativo branco simbolicamente inculcado na enunciação negra. De tal modo que, majoritariamente, dialogaremos com as perspectivas de autores negros que versem sobre o saber negro no que tange sua própria intelectualidade, consoante às considerações de Abdias do Nascimento sobre a autonomia do olhar crítico do negro sobre sua própria realidade:

A revolução negra produz seus historiadores, sociólogos, antropólogos, pensadores, filósofos e cientistas políticos [...]. Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo (NASCIMENTO, 2002: 272).

Tais prerrogativas coadunam com o pensamento decolonial, ou, se podemos dizer, com um pensamento decolonial negro brasileiro, na medida em que essas epistemologias reconhecem a quase inexistente narrativa e episteme dos povos colonizados, devido à opressão sistemática que impossibilitou “as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade” (QUIJANO, 2005: 121). A episteme do colonizado, assim, é pautada

em uma desconstrução crítica da dinâmica eurocêntrica como produtora única do saber universal, em detrimento aos saberes dos grupos subalternizados.

[...] ao argumentarmos em favor da decolonialidade como um projeto político-acadêmico que está inscrito nos mais de 500 anos de luta das populações africanas e das populações afrodiáspóricas, é preciso trazer para o primeiro plano a luta política das mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo, dos jovens de periferia, da estética e arte negra, bem como de uma enormidade de ativistas e intelectuais” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2019: 10).

Nesse sentido, o pensamento decolonial busca desafiar, tensionar e desconstruir a dinâmica da lógica colonial, articulando-se em todas as instâncias sociais demarcadas pela subalternização e expressas nos níveis da colonialidade do poder, do saber e do ser. Segundo Catherine Walsh, a decolonialidade é:

Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na interiorização de alguns seres como menos humanos. É isso que me refiro quando falo da de-colonialidade (WALSH, 2009: 24).

É por meio dessa ótica que buscaremos compreender o conceito de intelectual, considerando a perspectiva de raça teorizada pela autora juntamente com interlocuções de estudos que dialoguem com os modos de pensar e produzir conhecimento, a partir das problematizações sobre as relações de poder decorrentes do processo colonial e sustentadas pela colonialidade. Além de partirmos do *lócus* enunciativo do negro sobre si, inferimos também que a autora tematiza sobre o legado colonial enraizado nas dinâmicas sociais:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SOUZA, 1983: 19).

Quando Neusa Santos Souza trata do paralelismo branco superior - negro inferior, o qual tem implicações capitais na dinâmica das relações sociais brasileiras, engaja-se na discussão de tal condição manifesta na hierarquização das relações de poder, que entendemos ser uma condição oriunda do sistema colonial, que se mantém na contemporaneidade moldando de forma material e simbólica as estruturas sociais. Compreende-se que a enunciação própria, defendida pela autora é a enunciação tamponada desde o período colonial, é a fala silenciada do subalternizado que sob diversos aspectos denuncia “a alegação colonial de que grupos

subalternos são menos humanos que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar em seus próprios nomes” (KILOMBA, 2019: 48). Nos termos defendidos pela autora, a desumanização colonial não é um resquício do passado, mas uma estrutura viva que se atualiza na negação da voz negra. Para ela então, a enunciação negra é um ato de assumir “a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou” (KILOMBA, 2019: 28), como uma recusa ao lugar do objeto.

Dessa forma, preconizar o discurso do negro sobre si é retirá-lo da condição subalternizada, por isso, consideramos a produção de Neusa Santos Souza como um exercício autônomo e crítico de desobediência ao sistema colonial. A considerar isso, o presente estudo compreende a obra *Tornar-se negro* como um discurso sobre o discurso do colonizado: é a própria fala do colonizado. Nesses termos, entende-se que não há como analisar o pensamento, o ativismo, a experiência na concretude da realidade da mulher negra brasileira, nordestina, retirante, pesquisadora, escritora, médica, psiquiatra e psicanalista lacaniana, enfim, toda a trajetória dessa intelectual, sobre outro ponto de vista que não seja pela perspectiva do “colonizado”. A considerar esse ponto de vista, a fim de debater a questão da intelectualidade negra brasileira, buscamos contemplar especialmente dois aspectos, quais sejam: a construção social da negritude no país e as características que distinguem a particularidade de seus intelectuais.

Para alcançar o objetivo proposto para o presente artigo, dividimos o texto em três seções. Na primeira, intitulada *Tornar-se Negro e tornar-se intelectual negro*, discute-se o processo de *tornar-se negro* no seio do quadro social, bem como a particularidade da posição de intelectual ligado à resistência histórica da negritude no Brasil. Na segunda seção, nomeada *Atuação da intelectualidade negra brasileira e seus desafios*, é contemplada a atuação da intelectualidade negra no país e, destacadamente, os desafios que se colocam a esse ativismo, a considerar aspectos como a apropriação crítica dos cânones e o epistemicídio. Por fim, na última seção, intitulada *A ação intelectual de Neusa Santos Souza*, coloca-se em pauta o trabalho da intelectual com destaque para sua intervenção, no campo da produção teórica e da ação no cenário social, em favor da construção da emancipação do negro brasileiro.

Tornar-se negro e tornar-se intelectual negro

Acerca dos critérios que sustentam a classificação do que é um intelectual e suas funções, entendemos que as definições “clássicas”, mesmo que pautadas no interesse e emancipação de povos oprimidos e subalternizados, exemplarmente os estudos sobre intelectuais realizados por pesquisadores como Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Jean-Paul Sartre e Michel Foucault¹, ainda partem de concepções que – mesmo que insurgentes – são edificadas num contexto eurocêntrico. Sobre isso, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2016), ressalta que o privilégio epistêmico transmite seu legado na produção de conhecimentos de homens brancos oriundos da Alemanha, da França, da Itália, da Inglaterra e dos Estados Unidos.

A pretensão é que o conhecimento produzido por homens desses cinco países tenha o mágico efeito de apresentar uma capacidade universal: suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo. Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente (GROSGOUEL, 2016: 27).

Com isso, não queremos rejeitar as teorias clássicas, tampouco desvalorizá-las, mas a considerar as lacunas nelas evidenciadas – aqui, de modo particular, a ausência da fala do colonizado - a partir da perspectiva de raça no Brasil, almejamos tensionar as discussões teóricas e também ampliá-las, a fim de contribuir com alternativas para se pensar a intelectualidade negra brasileira.

Assim, para iniciarmos as definições do que, a nosso ver, representaria um intelectual negro brasileiro, buscaremos compreender como um negro torna-se intelectual negro. Para isso, precisamos primeiramente entender o que é ser negro no Brasil, para daí compreender o que é,

¹ Tais autores contemplaram em seus estudos o papel dos intelectuais no seio do quadro social. Gramsci (2006) sustenta que o intelectual orgânico atua intimamente ligado aos interesses dos subalternos nas disputas de classe, de modo a contribuir tanto para a conformação de sua visão de mundo, quanto para sua interpretação das relações sociais, trabalhando em favor de ações concretas na defesa dos interesses desse setor da população. Para Bourdieu (2004) os intelectuais são produtores de bens simbólicos, e intervêm na sociedade numa condição de autonomia relativa, situados no interior de campos sociais a partir dos quais apresentam seus posicionamentos, especialmente pautados em seus capitais cultural e/ou simbólico. Já Sartre (1994), ao pensar a ideia de um intelectual universal, destaca se tratar daquele que promove a conscientização das massas, em face da diversidade de opressões às quais está submetida, engajando-se como seu porta-voz. Ainda, vale aqui indicar a concepção de Foucault (1986), ao conceber a ideia de um intelectual específico, que atuaria contemplando as relações efetivadas nas microesferas de poder, notadamente em campos particularizados das relações saber-poder.

para nós, um intelectual negro brasileiro. Nesse sentido, partimos da teorização de Neusa Santos Souza, quando considera que a pigmentação da pele não define o “ser” negro, para ela nascer com a pele negra não “torna” negro o sujeito, dado que: “Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (1983: 77). Nessa compreensão a condição dada *a priori* é aquela que a supremacia branca criou sobre o negro, assim como salienta Frantz Fanon “uma criança negra normal, tendo crescido em uma família normal, passará a ser anormal ao menor contato com o mundo branco [...] essa proposição não será facilmente entendida” (FANON, 2008: 159).

Nas perspectivas de Neusa Santos Souza e de Frantz Fanon, primeiro nasce um ser humano que, após isso, é situado como negro a partir do discurso e das prerrogativas brancas. Em termos fanonianos, esse sujeito de “pele negra e máscaras brancas”, precisaria despir-se delas, em um processo de engajamento com a negritude. Pautar-se em concepções próprias, num processo de vir a ser, parece-nos ser uma condição necessária ao negro brasileiro, a fim de efetivamente tornar-se negro. Nesse quadro, a autora defende a crucialidade da reafirmação negra, num movimento de reivindicação de sua humanidade retirada ao nascer, em uma sociedade racializada. Ressignificando, assim, o que de fato é ser negro nessa sociedade, um negro com enunciação própria, rosto próprio, episteme, cultura e valores próprios:

É que no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organizam, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além de tudo, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (SOUZA, 1983: 77).

Ao “criar uma nova consciência” com ênfase em sua própria enunciação, esse “novo” negro corrobora, na mesma medida, para o processo emancipatório do seu coletivo de vozes, pois não há como “tornar-se negro” sem assumir prerrogativas antirracistas e tornar-se então, a depender de como serão suas atitudes, um negro intelectual. Pensamos o processo de “tornar-se negro” como determinante para o desenvolvimento e para a compreensão do negro enquanto intelectual, a considerar que são processos distintos, mas interconectados.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983: 18).

Nessa concepção de Neusa Santos Souza está a síntese do intelectual negro, no sentido de ter a consciência de experienciar a condição de negro no Brasil, para assim “comprometer-se” com a retomada de sua história e de suas potencialidades, o que implica em um esforço empreendido pela emancipação de si e dos seus. De maneira semelhante, Oliveira (2014: 114) entende que a intelectualidade negra “está pautada em pessoas negras que: se emanciparam, escapando da escravidão psicológica, física induzida pelo pensamento eurocêntrico [...]”. Dessa forma, o “tornar-se negro” na medida em que rompe com o estigma eurocentrado acerca de si, entra em um processo de descolonização mental; o intelectual negro, necessariamente deveria “tornar-se negro” antes de tudo.

Ainda, quando buscamos estudar as representações da intelectualidade negra brasileira e suas características, entendemos que “tornar-se negro” é um processo construído eivado de revoltas e resistências. De acordo com Oliveira (2014), revoltar-se é uma disposição intrínseca ao negro intelectual que não aceita a condição de não-humano. Nesses termos, Abdias Nascimento entende essa revolta como devendo ser conduzida para além do ressentimento: “canalizar a frustração subjacente, em atos e fatos positivos da coletividade negra. Transferir ou canalizar o que poderia se tornar ressentimento negativo, em estado de revolta profundamente criadora” (NASCIMENTO, 1982: 66). Essa revolta criadora é capaz de impulsionar muitos intelectuais negros para a resistência e para busca por liberdade:

Como se vê, a revolta não destrói. No caso dos negros, descendentes dos africanos escravizados, a revolta é condição necessária para construir liberdade, acesso a direitos, respeito por sua história e cultura. Ao combater aquilo que os oprime, os negros, através dos séculos, têm se posto em estado de revolta que constrói. Livre de sentimento de raiva ou de rancor, a postura e a ação dos revoltados impulsionam para construir uma realidade livre da opressão. Revoltar-se é tarefa do negro intelectual, como bem demonstraram as trajetórias de vida de José Correia Leite, Abdias Nascimento, Oliveira Silveira, Beatriz Nascimento, Tereza Santos, entre outros (OLIVEIRA, 2014: 86).

Assim também, como Neusa Santos Souza. Do mesmo modo, compreendemos que tal revolta encorajou os levantes dos escravizados a criarem os quilombos como espaços de resistência para ressignificarem a pertença africana, o resgate de sua religiosidade, cultura e costumes; os levou a criar uma comunidade outra, autônoma e de difícil acesso para se protegerem e fugirem do sistema escravista. Os negros dessa comunidade engenhavam

armadilhas para se defenderem, organizando-se para manterem-se livres naquele espaço, ameaçando e desestabilizando o poder dos colonos.

Se considerarmos pela perspectiva da luta contra a colonização, a capacidade de organização de sobrevivência, assim como as diversas estratégias pensadas para resistir e sabotar o sistema colonial da época, podemos presumir que a essência da intelectualidade negra se originou nos processos de aquilombamento. Nesse sentido, inferimos que, se houve uma data para o nascimento da intelectualidade negra brasileira, ela nasceu nos primeiros movimentos insurgentes, pensados pelos escravizados que se organizaram nos acampamentos para sobreviver e resistir ao sistema colonial, eivados pela mística da liberdade.

O quilombo conta a versão da história dos negros no Brasil pela sua própria voz, não como vencidos pelo colono, mas como sujeitos que não aceitaram a escravidão e a desumanização dos seus, que, tomados pelo sentimento de revolta, se organizaram secretamente em motins e levantes contra o império e o regime escravocrata. Os aquilombados sobreviviam em seu próprio sistema econômico com organização social e políticas próprias, e em tudo pensavam as suas demandas e suas estratégias. Essa versão dos fatos sobre a resistência dos que decidiram afrontar o sistema escravocrata, é ao nosso ver também a “fala do colonizado”.

Na medida em que almejamos refletir sobre a intelectualidade negra brasileira, retomar o primeiro ato enunciativo de resistência nas manifestações iniciais contra a colonização, escravidão e domínio do homem branco estrangeiro, é capital para nosso artigo. A essência do quilombo se abre hoje como um espaço para se pensar essa resistência, organizá-la: “o quilombo volta-se como código que reage ao colonialismo cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica” (NASCIMENTO, 1985: 124). Nesse sentido, entendemos que a intelectualidade negra brasileira deve se caracterizar pelo “modelo brasileiro” nas estratégias de aquilombamento, movido por revolta e em atitude crítica que reage pelo desejo de liberdade e, sobretudo, anseio por libertar.

Ao refletirmos sobre a possibilidade de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica, podemos situar a ação intelectual de Neusa Santos Souza como intimamente ligada a movimentos libertários. Assim, por meio de uma experiência racializada, a autora desponta criticamente em revolta criadora, não apenas para denunciar a internalização dos estigmas na identidade negra, mas sobretudo para encorajar a ressignificação identitária e a

pertença étnica. Como estratégia de resistência e de sobrevivência, consoante à prática dos quilombos, o comprometimento de Neusa Santos Souza com a emancipação identitária de seus pares frente ao sistema colonizador, ainda hoje possui reverberações no enfrentamento da universalidade eurocêntrica.

Atuação da intelectualidade negra brasileira e seus desafios

Ao consideramos a possibilidade de que a essência da intelectualidade negra tenha nascido no quilombo com o propósito de emancipação do colonialismo europeu, ainda cabe destacar algumas concepções importantes, concebidas por estudiosos e estudiosas de temáticas relativas ao intelectual negro brasileiro. Evaldo Ribeiro Oliveira reúne algumas dessas definições em sua tese:

São pessoas que passaram por instituições escolares e acadêmicas, mas são também pessoas sem escolarização; são pessoas capazes de representar anseios comuns aos negros e negras, organizar e unir grupos; são referências das comunidades de que são oriundos e participam; são pessoas que dialogam com a sociedade por meios de suas produções e atividades profissionais, políticas, artísticas, culturais, científicas, entre outras. São produtores(as) de artes, ciências, políticas, conhecimentos e de ciência na perspectiva da população negra; são pessoas que atuam em espaços públicos com o compromisso específico com a população negra; são pessoas convictas com uma ética antirracista, integrantes do movimento social negro; que pensam, agem e produzem conhecimento em prol das comunidades negras. São indivíduos que por meios de suas experiências de negros e negras organizam, dirigem a população negra e a sociedade; são pessoas que se educam e propiciam a outros a se educarem no combate ao racismo e as discriminações; são também acadêmicos que questionam os conhecimentos e os direitos pretensamente universais, por meio da produção, reflexão e intervenção, relacionando o ethos étnico-racial com o ethos acadêmico-científico, questionando e produzindo conceitos, categorias, teorias e metodologias em conexão com a população negra (OLIVEIRA, 2014: 116).

Em síntese, verifica-se que todas as definições abarcam a ideia de emancipação e de emancipar a população negra. E, atualmente, a julgar pelos avanços dos debates e leis para o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas, compreendemos que há um atuante movimento intelectual negro brasileiro articulando pautas que busquem a emancipação da pessoa negra. Nesse sentido, compreendemos que essa articulação depende da relação do “ethos étnico-racial com o ethos acadêmico-científico”. Entendemos essa relação como uma importante e objetiva atuação de estratégia e resistência assumida pela intelectualidade negra brasileira.

No entanto, atrelar a experiência racial ao conhecimento acadêmico é um desafio à parte para o intelectual negro brasileiro. O desafio consiste em, primeiramente, inserir-se no meio acadêmico, após, manter-se nele, pois muitas das vezes são espaços hostis ao corpo negro. Como aponta Cida Bento (2022), a branquitude opera por um 'pacto narcísico' que invisibiliza e exclui vozes negras, garantindo a manutenção de privilégios epistêmicos e institucionais. Esse pacto, não apenas nega acesso, mas também exige que negros adotem performances de assimilação para serem 'tolerados' nesses espaços epistemicamente violentos. Após manter-se nesses espaços, ainda em seguida o desafio é apropriar-se dos conhecimentos canônicos legitimados pela academia como universais, para, a partir dessas apropriações, utilizá-las em favor das demandas dos seus:

Apropriar-se de conhecimentos, inclusive daqueles que os marginalizaram e marginalizam, é também tarefa do(a) negro(a) intelectual. Apropriar-se no sentido de tomar conhecimento, compreender, interpretar, reelaborar, questionar, contrapor, produzir novos conhecimentos. Apropriar-se para colocá-los a serviço dos marginalizados pelas sociedades, mas com a intenção de valorizar, fortalecer, humanizar, criar condições e expectativas de vida, objetivando romper com os conhecimentos produzidos para massacrar, desumanizar, empobrecer, embranquecer, entre outras tantas atrocidades (OLIVEIRA, 2014: 88).

Por essa via, o desafio do intelectual negro brasileiro na atualidade é compreender epistemologicamente o cânone clássico do saber no meio acadêmico, que é, via de regra, estabelecido quase que exclusivamente sob a égide do pensamento branco, hétero e estrangeiro. Desafio que consiste em, justamente, romper com esse paradigma teórico eurocentrado, criticando e oferecendo alternativas que incluam outras vozes, notadamente a voz da coletividade negra no âmbito acadêmico. Tal desafio é importante se considerarmos que a manutenção dos estigmas sobre a inferioridade intelectual da população negra, nos termos de uma superioridade intelectual da ciência eurocêntrica universal, impactou e impacta a história de milhões de vidas negras e dos povos originários ao longo dos anos:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima (sic) pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado.

Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005: 97).

Com base nisso, o reconhecimento e a legitimação do discurso dos sujeitos factualmente marginalizados como protagonistas do seu próprio discurso, altera o eixo epistêmico eurocentrado da ciência, quebrando a noção de um discurso totalizante e universal. Nesses termos, a incorporação da produção do conhecimento produzido pelos povos racializados e colonizados, contribuiu para que o campo teórico-epistemológico ganhe complexidade e dê visibilidade a perspectivas que estejam para além das hegemônicas.

O intelectual negro é também aquele que indaga a ciência por dentro e problematiza conceitos, categorias, teorias e metodologias clássicas que, na sua produção, esvaziam a riqueza e a problemática racial ou transformam a raça em mera categoria analítica retirando-lhe o seu caráter de construção social, cultural e política. E ainda, é aquele que coloca em diálogo com a ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra (GOMES, 2010: 500).

Nesse entendimento, o pensamento intelectual negro não se organiza apenas como forma de denúncia, mas também de reivindicações e propostas que neutralizem e reparem as desigualdades e desvantagens acumuladas historicamente no processo colonial desde a escravidão. Suas produções se assentam originalmente em ideias pensadas na concretude da experiência real, para, a partir disso, pensar as suas questões, não mais como objetos do conhecimento, mas como sujeitos ativos do conhecimento. A atuação dos grupos étnico-raciais no campo acadêmico reivindica a garantia de direitos sociais pensados na base dos movimentos sociais, como um exemplo o Movimento Negro, articulando conhecimentos do lado de fora dos muros da academia. Tais reivindicações são fruto dos anseios percebidos nas demandas, nas vivências e nas lutas experienciadas no ordinário social de um coletivo de vozes que foi negligenciado pela matriz colonial.

As ações realizadas pelo Movimento Negro e de Mulheres Negras, através da resistência e manifestações contra atitudes discriminatórias e racistas, empenham-se na efetivação de políticas públicas capazes de superar as desigualdades raciais da sociedade brasileira, em virtude dos efeitos causados pela escravização e pelo abandono estatal no pós-abolição. Dentre as atuações do movimento, destacamos a participação na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, em Durban. Como signatário do Plano de Ação elaborado na conferência, o Brasil assumiu o compromisso de criação de políticas públicas de ações afirmativas capazes de enfrentar o racismo e as desigualdades raciais. Outro fator de grande importância [...] fundação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003, após esforços do Movimento Negro e o reconhecimento do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, objetivando formular, coordenar e articular políticas públicas de promoção da igualdade racial. No mesmo ano, a promulgação da Lei Federal nº10.639/0315, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/9616, obrigando a inserção da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e particulares, modificada novamente, pela Lei Federal nº11.645/200817, incluindo a temática indígena no currículo escolar (BRASIL, 2003, 2008). Tal determinação, regulamentada pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) com intuito de orientar os sistemas de ensino (GAUDIO, 2021: 27).

Ainda cabe destacar que o pensamento intelectual negro feminino, para inserir questões que atravessam não apenas a perspectiva de raça, mas também de gênero e de classe, possui ainda maiores desafios. A mulher negra brasileira precisou reivindicar seu reconhecimento como mulher no movimento feminista, e como negra no movimento negro. A fim de que suas produções intelectuais fossem pensadas não de modo abstrato, mas a partir de suas vivências dentro do sistema de opressão que impacta sua existência.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. [...] As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: "Exige-se boa aparência" (CARNEIRO, 2003: 2).

Ao se considerar a coisificação e a negligência em relação às demandas dessa mulher, a produção da intelectual negra brasileira não reivindica meramente o reconhecimento de seu lugar no mundo, mas também que o mundo reconheça o real lugar da mulher negra brasileira, a partir de ações políticas contra opressões de gênero, raça e classe. Dessa forma, a atuação da intelectualidade negra feminina se organiza a partir de demandas que originaram pautas como as da segurança alimentar, do trabalho, da moradia, da segurança e da educação, elementos materiais primários da experiência de sobrevivência negra – que, ao longo dos tempos de luta e de militância, foram sendo formuladas e inseridas nas políticas públicas, pensadas a partir da perspectiva de gênero, raça e de classe.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003: 3).

Ao tratar do contexto eurocêntrico que frequentemente invisibiliza a produção negra e feminina, Patricia Hill Collins (2019) amplia o debate ao destacar que a intelectualidade negra – especialmente a feminina – opera a partir de um pensamento que age nas fronteiras, entre a experiência vivida e a teoria. Para Collins, o intelectual negro não apenas produz conhecimento, mas o faz a partir de um lugar de fala coletivo, vinculado à resistência histórica de sua comunidade. Essa perspectiva também se faz presente em Neusa Santos Souza, cuja obra emerge da urgência de traduzir a dor psíquica do racismo em ferramentas de emancipação.

Contudo, mesmo com o aumento da produção intelectual negra, nas mais diversas áreas de atuação, ainda se verifica uma lacuna importante que diz respeito ao fenômeno do racismo brasileiro, a saber, os estudos sobre o inconsciente, sobretudo teorizado por intelectuais negros. As relações étnico-raciais no Brasil possuem ainda, em sua maioria, uma abordagem do racismo sob perspectivas das áreas sócio-históricas, antropológicas, políticas e econômicas, com menor expressividade em estudos oriundos das áreas da psiquiatria, psicologia e psicanálise, as quais buscam compreender o racismo a partir das tensões identitárias que emergem da subjetividade negra. Em relação a essa questão, Navasconi (2022) aponta que nos dez principais cursos de Psicologia do Brasil, as disciplinas que tematizam as relações étnico-raciais são optativas, e apenas a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que está em 12^o lugar² – possui na grade curricular uma disciplina obrigatória referente à Psicologia e Relações Étnico-raciais. Cenário que entendemos ser ainda mais desafiador, se considerarmos tais problematizações teorizadas por mulheres negras, as quais são historicamente atravessadas por silenciamentos, subalternizações e desumanizações em variados sistemas de opressão.

A considerar as questões socioeconômicas tipicamente enfrentadas pelo negro brasileiro, verifica-se que a atuação intelectual de Neusa Santos Souza transcendeu a investigação convencional sobre o entrave das necessidades primárias dos negros para a subsistência. Com a

² Ranking Universitário da Folha de São Paulo - RUF (2024), disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2024/ranking-de-cursos/psicologia/> Acesso em: 10 abr. 2025.

iniciativa de incluir na pauta da produção científica do país as vicissitudes da identidade do negro brasileiro, como uma violenta consequência do racismo oriundo do Brasil colônia, a intelectual alavancou o início das discussões sobre a vida emocional do negro brasileiro nas áreas *psi*. Sua mobilização lançou luz sobre uma problemática que também urge como necessidade de ordem primária na existência negra, não apenas pelo caráter adoecedor do sofrimento psíquico e suas consequências físicas, ou como mera sequela histórica, mas também tendo em vista a superação de sua invisibilidade.

A ação intelectual de Neusa Santos Souza

Ao buscarmos compreender quais seriam as características do intelectual negro brasileiro, destacamos o que é, para este estudo, o negro e o intelectual negro brasileiro. Nessa direção, observou-se no processo de formação do intelectual negro no país a necessidade primordial de antes de tudo “tornar-se negro” (descolonização mental). Tal condição implica no desenvolvimento de um olhar crítico e antirracista para a realidade, o que gera o impulso de revolta e aquilombamento, para se pensar estratégias de sobrevivência, resistência e emancipação dos seus. Uma dessas estratégias é apropriar-se do conhecimento via educação formal para codificá-lo, reinterpretá-lo e transformá-lo em favor dos interesses da população negra.

A partir dessas premissas, entendemos Neusa Santos Souza como uma intelectual negra brasileira, pois sua produção teórica foi primeiramente experienciada por ela enquanto sujeito negro vivendo em uma sociedade racista em que a dinâmica colonial é naturalizada por brancos e negros “de classe e ideologias dominantes brancas. De estética e comportamentos brancos. De exigência e expectativas brancas [...] status e prerrogativas brancas” (SOUZA, 1983: 17).

Neusa Santos Souza nasceu em 1948 na cidade de Cachoeira, localizada no recôncavo baiano. Ao pleitear estudar medicina em Salvador³, contrariou os marcadores sociais relativos às adversidades do jovem negro para a educação formal, e superou um dos primeiros desafios para o surgimento de uma intelectual negra brasileira. No mestrado se apropriou de subsídios teóricos freudianos para dissertar sobre a psiquê do negro brasileiro, munindo-se de conhecimento acerca do “homem branco estrangeiro” para pensar as demandas do seu povo.

³ Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, atual Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia.

Ao considerarmos a apropriação da teoria freudiana realizada por Neusa Santos Souza, primeiramente entendemos que ela sinaliza o “recalque” da psicanálise para com a singularidade do sofrimento psíquico do negro. Também, indiretamente, a autora circunscreve as limitações da triangulação edipiana para a psiquê do negro brasileiro, na medida em que a figura de autoridade que seria do pai é canalizada para a autoridade branca. Pautando-se no conceito freudiano de ideal de ego, a psicanalista não apenas sinaliza que essa demanda é maior para o negro, dado que lhe é impossível ser branco, mas também aponta que o inconsciente – enquanto fundamento da psicanálise – não é neutro para a pessoa racializada – assim, de certo modo, ela afirma que esse inconsciente é racializado.

Ao se apropriar do conceito freudiano de ideal de ego, situando-o na realidade social brasileira, notadamente impactada pelo mito da democracia racial, Neusa Santos Souza desenvolveu seus estudos e pesquisas, tornando-se mestre em Psiquiatria, ao defender em 1981 sua dissertação, junto ao Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), instituição reconhecida pelo seu conservadorismo.

Considerando o contexto do ano 1981, de ditadura militar, em que os debates raciais eram tidos como subversivos, uma mulher negra retinta ousava tematizar questões que a comunidade médica de psiquiatria, marcadamente branca e masculina, negligenciava. A publicação do seu livro em 1983, como uma legitimação do campo psicanalítico teorizado pelo negro e sobre o negro, conteúdo que na época foi absorvido basicamente pela militância negra, impulsionou a busca por autonomia e pelo enfrentamento das questões raciais que se colocavam.

O estudo de Neusa Santos Souza é subversivo na medida em que subsidia ações insurgentes contra um sistema opressor. Ela oferece condições para que se pense sobre a dificuldade do desenvolvimento crítico e a efetiva emancipação da população negra, elemento essencial para o alcance de sua consciência racial e reconhecimento do seu lugar no mundo como um corpo político na estrutura social. A autora mostrou como o racismo não se limita à violência física contra os negros, mas também opera pela destruição da identidade negra – um processo que sustenta os privilégios do grupo branco dominante.

Nesse quadro, produzir um discurso sobre si pode ser considerado um ato que desestabiliza a ordem das coisas, pois resgata o protagonismo identitário e responde com domínio em posse de si, rompendo com o cativo de alienação identitária. O movimento

subjetivo de esvaziar-se da branquitude e preencher-se de negritude, implica em instâncias objetivas, na concretude, na formação de um “novo” corpo negro na sociedade para ocupar espaços negados e reivindicar seus direitos à existência e não apenas à sobrevivência. Esse novo corpo negro assume sua humanidade e força, com a naturalização da sua aparição em todos os espaços da sociedade racista, endossando em última instância o ativismo antirracista. Com isso, tomados por uma “revolta criativa” em não se enxergarem em nenhum lugar de enunciação e nem de produção de conhecimento e de saberes, quiçá, esse movimento do “discurso sobre si”, como uma autônoma retomada do seu lugar enunciativo na sociedade, possa impulsionar novos intelectuais negros brasileiros.

Verifica-se que Neusa muniu-se do sentimento de revolta para se insurgir e criar mecanismos de defesa dentro do sistema da colonialidade do saber, para justamente ressignificar a subjetividade como um modo alternativo e autêntico de existência. A intelectual não só denuncia a “conivente” ausência de enunciação negra, ela oferece subsídios para que a pessoa negra enfrente a “pulsão de morte” inculcada pelo ideal de ego branco. Ela apresenta a possibilidade de “pulsão de vida” na proposta de “tornar-se negro”, como uma retomada crítica da consciência negra para o fortalecimento identitário. Dessa forma, amparada pela psicanálise, a intelectual invoca certo ineditismo em abordar a questão do racismo junto ao plano psíquico do brasileiro, tornando-se uma referência nos estudos das relações étnico-raciais das áreas *psi* do Brasil, mesmo que ainda majoritariamente restrita ao círculo de espaços negros – conforme é possível verificar exemplos na citação a seguir:

Neusa Santos Souza é homenageada no I Encontro Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade, o PSINEP (2010); é saudada pelo CFP (2017) que após pressão dos movimentos negros, lançou recentemente um guia de referências técnicas para a atuação dos psicólogos, no que tange às relações raciais; em 2015, foi criado no curso de psicologia da UERJ o Coletivo de Estudantes Neusa Souza; o livro “Afrocentricidade, uma abordagem epistemológica inovadora” (2009), o volume quatro da importante coleção Sankofa, é dedicado à sua memória; em 2016 ela foi homenageada no XII Encontro ClioPsyché – Saberes Psi: Outros Sujeitos, Outras Histórias, por uma mesa de encerramento do encontro coordenada por um professor negro da UFF, Hildeberto Vieira Martins e, também em 2016, foi realizado um Seminário em sua homenagem produzido pelo grupo GEPARREI (Grupo de estudos, pesquisas e ações sobre racismo e relações étnicorraciais e indígenas) do Colégio Pedro II. Há também um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que leva seu nome no bairro Senador Camará, no Rio de Janeiro (PENNA, 2019: 19).

A invisibilidade que ainda paira sobre essa intelectual é fruto da manutenção dos interesses de um sistema hegemonicamente branco. Ao tocar na ferida da identidade do negro brasileiro, a psicanalista atingiu um elemento motriz do racismo no Brasil, a julgar que a inconsciente ausência de construção de subjetividade da pessoa negra, sustentou e sustenta sistemas de poder em ação na sociedade brasileira.

Assim, Neusa Santos Souza deu visibilidade à temática levando ao entendimento de que, na medida em que a questão racial no Brasil é uma problemática não estanque, não é mais possível compreender a formação social brasileira sem entender a dinâmica do inconsciente, numa interlocução com os campos de subjetivação teorizados por intelectuais negros.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir as representações da intelectualidade negra brasileira a partir de Neusa Santos Souza, por meio das lentes do pensamento decolonial e em diálogo com outros pensadores negros que se aproximam de uma perspectiva decolonizadora. A considerar o entendimento de que o sofrimento psíquico do negro, estudado pela autora, é um desdobramento advindo da hierarquização racial, fruto do sistema colonial que ainda pauta as relações em uma sociedade racializada, adotamos como fio condutor deste estudo a reafirmação da enunciação negra sobre si, no intuito de compreender o nascimento de uma intelectual negra com um potencial emancipador para seus pares. Nesse sentido, entende-se que tais processos precisam ser considerados para se conceber a figura do intelectual negro brasileiro.

Ao verificarmos que a maioria dos estudos sobre intelectuais negros são encetados sob a perspectiva do “intelectual orgânico”, formulada por Antonio Gramsci (1982), avaliamos ser necessário nos orientar pela autonomia da concepção negra sobre os seus, pois percebemos a necessidade de adotar uma perspectiva que desse conta de pensar a intelectualidade negra a partir das concepções que ela mesma teorizou, para justamente fugir da legitimação do discurso negro pelo branco, realidade que Neusa Santos Souza buscava superar. Amparados nisso, buscamos também a interlocução de outros pensadores negros para compreender os moldes de uma intelectualidade pensada a partir da enunciação negra brasileira. Com isso, além de buscar avaliar a dinâmica da atuação da psicanalista Neusa Santos Souza enquanto intelectual,

buscamos também ampliar as alternativas de epistemologias que compreendam a formação do racismo na sociedade brasileira, a partir da dinâmica do inconsciente.

Esse estudo buscou menos a discussão biográfica de Neusa Santos Souza e mais a abertura de uma reflexão que a situe como uma intelectual negra brasileira, concebendo sua atuação a partir da experiência racial dentro de uma dinâmica de sociedade não desenhada para ela. Sua obra demonstra um esforço de revolta criadora com o anseio de emancipação de seus, ela permanece atual, uma vez que a discussão em torno da vida emocional da população negra ainda é incipiente e negligenciada. Assim como a mística da liberdade dos quilombos, sua produção traz importantes elementos que o negro brasileiro pode tomar para si, com destaque para o processo de “tornar-se negro”, como caminho pelo qual metade da população brasileira pode se mover impulsionada por uma revolta criadora.

Referências Bibliográficas

- BENTO, Cida. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze, MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOGUEL, Ramón (2019). (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli (2005). *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARNEIRO, Sueli (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro, vol. 49, pp. 49-58.
- COLLINS, Patricia Hill. (2019) *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Boitempo.
- FANON, Frantz (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GAUDIO, Eduarda Souza (2021). *Perspectiva negra decolonial: a insurgência de intelectuais negros/as em cursos de Pedagogia de universidades do Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GOMES, Nilma Lino (2010). Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, pp. 492-516.

- GRAMSCI, Antonio (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio (2006). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 15-53.
- GROSFUGUEL, Ramón (2016). *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. 31, n. 1, pp. 25-49.
- KILOMBA, Grada (2019). *Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó.
- QUIJANO, Anibal (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 117-142.
- NASCIMENTO, Abdias (1982). *O negro revoltado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NASCIMENTO, Abdias (2002). *O Quilombismo*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares.
- NASCIMENTO, Beatriz (1985). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiaspora*, São Paulo, vol. 6-7, pp. 41-19.
- NAVASCONI, Paulo Vitor (2022). *Os nossos passos vêm de longe: a contribuição de 4 autoras negras para psicologia brasileira antirracista*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- PENNA, Wilian (2019). *Escrevivências das memórias de Neusa Santos Souza: apagamentos e lembranças negras nas práticas psis*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro (2014). *Negro Intelectual, Intelectual Negro ou Negro-Intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- SARTRE, Jean-Paul (1994). *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Editora Ática.
- SOUZA, Neusa Santos (1983). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- WALSH, Catherine (2009). Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: Letras, pp. 12-43.